

Entrelinhas

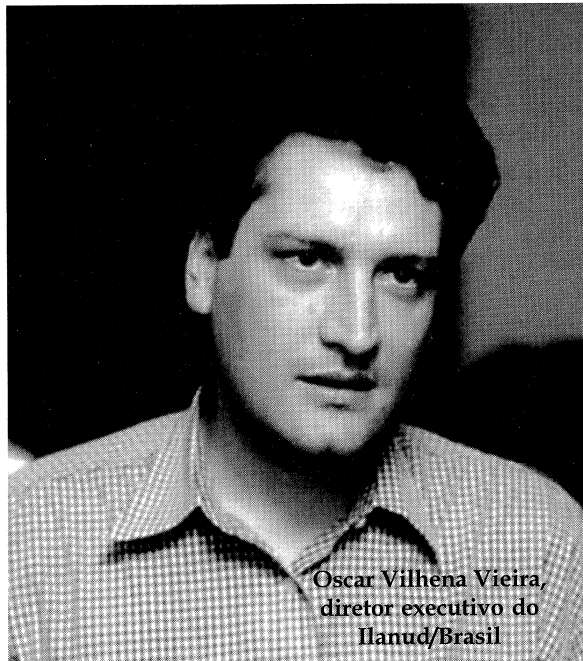
Direitos humanos e cidadania

Entrevista com Oscar Vilhena Vieira



A conta dos direitos sociais ainda não foi paga pelo governo FHC

Para o professor Oscar Vilhena Vieira, os direitos sociais são tão fundamentais como os direitos à liberdade de expressão, a não ser torturado etc. Para ele, a frustração que as pessoas sentem em relação às promessas feitas pela Constituição decorre de uma certa ingenuidade dos que acreditavam que o simples fato de se constitucionalizar um direito o transforma em realidade. "A positivação de um direito é apenas um primeiro passo na luta pela sua implementação." Mestre e doutor em ciência política, Vilhena é professor de Direitos Humanos e Teoria Geral do Estado na PUC/SP, diretor da Escola de Direito Público e membro do corpo docente do Curso de Mestrado em Direito da Fundação Eurípides. Desde 1997, é diretor executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - Ilanud/Brasil. A experiência no órgão faz com que emita uma opinião realista sobre o papel da Polícia Militar. "É o principal legado do regime que passou". Na entrevista a seguir, Vilhena traça um panorama sobre os avanços e retrocessos dos direitos humanos no país:



Oscar Vilhena Vieira,
diretor executivo do
Ilanud/Brasil

Em tempo: Qual é a situação dos direitos humanos no Brasil? Há avanços significativos desde o final da ditadura militar?

Oscar Vilhena Vieira: Para responder a esta pergunta com um mínimo de acuidade, devo dividir a resposta em pelo menos três planos, que são o normativo, o político e o material. No plano normativo, tivemos uma enorme evolução. Saímos de um regime onde os direitos, embora constitucionalizados, eram a todo momento suspensos por atos institucionais, para uma Constituição extremamente generosa, no plano dos direitos. Como outras constituições que reagiram a um passado de arbítrio, a Constituição brasileira de 1988 buscou assegurar os direitos indispensáveis à dignidade de forma mais ampla possível. Nesse sentido, não só reage a um passado próximo, a ditadura militar, mas a uma história marcada pela desigualdade, pela violência e pelo

arbítrio. Ainda no plano normativo, deixamos uma situação de absoluta delinquência em relação ao direito internacional dos direitos humanos, para um posição de total integração com a normativa internacional. Hoje, o Brasil é parte dos principais tratados de direitos humanos, tanto na esfera global, como regional. Também no plano jurídico, o Brasil deu uma passo de extrema relevância ao elaborar o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei modelo para diversos outros países. Evidente que tantos avanços decorrem de uma mudança política sobre como nossos governantes passaram a pensar a questão dos direitos humanos. Não há aqui qualquer ingenuidade a respeito dos nossos governantes. O fato é que, ao deixarmos um regime de exceção, até por necessidade de legitimação, os novos ocupantes do poder precisavam se diferenciar dos antigos. Vocalizar a gramática dos direitos humanos sempre é uma boa fórmula. Esta lógica começou no século XVII, quando o primeiro ato substantivo dos revolucionários, tanto americanos como franceses, após a derubada do antigo regime, foi proclamar direitos. Sarney, em sua primeira visita à ONU, firmou os principais tratados de direitos humanos dos quais o Brasil se recusava a tomar parte. Por outro lado, também houve uma mudança muito grande em relação à transparência, especialmente na esfera federal; o Brasil, hoje, não nega que haja violações. Basta consultar os relatórios feitos pelo próprio governo. Aderir à gramática dos direitos, no entanto, não significa conjugá-la na prática. Nesse plano material, pouco avanço houve. Se hoje não mais se viola o direito daqueles que fazem oposição ao regime, ou mesmo os direitos políticos básicos da população, continuamos tomando conhecimento de práticas de sistemática violação dos direitos humanos, seja de direitos civis ou sociais.

“Se hoje não mais se viola o direito daqueles que fazem oposição ao regime, ou mesmo os direitos políticos básicos da população, continuamos tomando conhecimento de práticas de sistemática violação dos direitos humanos, seja de direitos civis ou sociais.”

Em tempo: Como vê a política do governo FHC para os direitos humanos?

Vilhena: O presidente Fernando Henrique Cardoso foi um dos articuladores dessa nova retórica dos direitos humanos desde o período como ministro das Relações Exteriores, no governo Itamar Franco. Criou uma secretaria de direitos humanos, que definitivamente colocou a questão na agenda política nacional. Alguns avanços foram realizados, como a elaboração de um programa nacional de direitos humanos, depois replicado em muitos estados e municípios, Marília inclusive. Aprovou-se, nesse período, uma

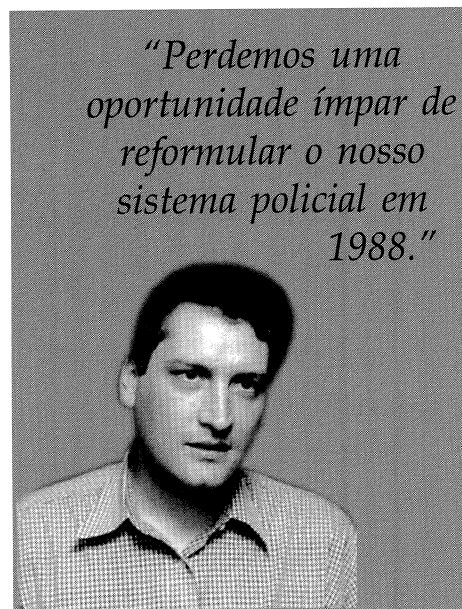
lei sobre a tortura, a criminalização do racismo, assim como se suprimiu a jurisdição militar para aqueles policiais militares denunciados por crimes dolosos contra a vida. O governo, no entanto, poderia ter ido mais longe, com a supressão da justiça militar estadual, na própria desmilitarização das polícias e na federalização da jurisdição em relação aos crimes contra os direitos humanos. Não se pode esquecer, entretanto, que grande parte das violações aos direitos

civis – ou seja, a questão da tortura, da violência policial – é de responsabilidade dos estados. O que talvez mais pese na conta do governo federal foi a sua desastrosa política social, que não possibilitou uma redução dos processos de exclusão, mantendo, assim, milhares de brasileiros à margem dos direitos sociais mínimos para uma vida digna. Esta conta não foi paga pelo governo FHC.

Em tempo: Embora a Constituição garanta direitos elementares aos cidadãos (saúde, educação, salário digno, moradia etc...), eles são uma ficção para a maioria da população...

Vilhena: Evidente. Quando falamos em direitos humanos, estamos nos referindo àqueles

valores, interesses e necessidades sem os quais não poderemos considerar a vida digna. Assim, os direitos sociais por você citados são tão fundamentais como os direitos à liberdade de expressão, a não ser torturado etc. Para que o pessimismo não nos atrapalhe a olhar a realidade, é fundamental observarmos que, se houve algum avanço, ainda que pequeno, nos últimos anos, foi na área da educação e da saúde. Hoje, temos a quase totalidade das crianças na escola. Pode-se dizer que a escola não é boa. Isso é uma verdade, mas ela está ampliando suas bases. No mesmo sentido, o sistema de saúde tem melhorado. Veja o caso da AIDS, em que o Brasil se tornou uma referência mundial. No que se refere à frustração que todos nós temos em relação às promessas feitas pela Constituição, isto decorre de uma certa ingenuidade daqueles que achavam que, pelo simples fato de se constitucionalizar um direito, ele iria se transformar em realidade. Isso, no entanto, não ocorre automaticamente. A positivação de um direito é apenas um primeiro passo na luta pela sua implementação. Para que um direito se torne um fato, uma verdade para todos, mais do que a sua constitucionalização é necessário que a sociedade esteja disposta a assumir as responsabilidades necessárias para viabilizar direitos. Não podemos ser hipócritas. A cada direito corresponde uma obrigação. Se os cidadãos não estão dispostos a assumir suas responsabilidades, dificilmente viveremos num pleno sistema de direitos. Por outro lado, é fundamental que as instituições sejam dispostas e estejam dispostas a transformar os direitos em efetivos benefícios à sociedade. Se não houver esta determinação, como não parece existir no Brasil, só estaremos contribuindo para um processo de erosão da autoridade dos direitos.



Em tempo: Qual é a sua avaliação sobre a Polícia Militar no Brasil? Há inúmeras denúncias de maus tratos, tortura... De seu ponto de vista, qual seria a solução para o problema?

Vilhena: A Polícia Militar parece ser o principal legado do regime que passou. Perdemos uma oportunidade ímpar de reformular o nosso sistema policial em 1988. Infelizmente, a pressão das polícias manteve um sistema ineficiente, que pouco tem contribuído para levar paz às pessoas. Dizem que as instituições são boas quando, embora submetidas a uma má chefia, continuam funcionando bem; e que são más quando, embora submetidas a uma boa chefia, não conseguem funcionar adequadamente. Ao meu ver, este último caso é o de nossas polícias. Ambas não têm se demonstrado capazes de enfrentar a criminalidade a que estamos submetidos. Mais do que isso, a violência e a corrupção tornaram-se parte do cotidiano de maus policiais. O número de homicídios praticados pela Polícia Militar é inadmissível para um país que se arvora a posição de democrático. A

banalidade com que se mata ou tortura é incompatível com o *ethos* do regime. A solução seria a transformação das duas polícias. O primeiro passo seria a desconstitucionalização. Poderíamos, através de uma lei orgânica federal, estabelecer os parâmetros básicos para a organização das polícias estaduais, deixando a cada estado a sua própria regulamentação. Penso que a simples união não seria adequada. Poderíamos criar uma polícia ainda mais poderosa, o que é um risco. Talvez, pudéssemos pensar em polícias unificadas municipais, havendo um corpo, também unificado, estadual, que fiscalizasse as polícias municipais e agisse subsidiariamente

quando essas não tivessem se comportando adequadamente. Porém, nada disso adianta se não migrarmos para um modelo de polícia comunitária, próxima à população e aos seus problemas.

Em tempo: Como vê o aparecimento do PCC e a questão prisional em geral?

Vilhena: O sistema prisional brasileiro é muito ruim. Hoje, temos em torno de 200 mil presos em péssimas condições carcerárias e, principalmente, sem nenhuma perspectiva de ressocialização. E não há pior política de segurança do que manter um ineficiente sistema prisional. Hoje, gasta-se mais de R\$ 600,00 por mês para que quase a metade dos sentenciados volte a delinquir. É nesse ambiente promíscuo que vemos surgir o crime organizado. A Casa de Detenção é o emblema da falência do sistema penitenciário brasileiro. Isso não significa que não haja prisões adequadas e bons profissionais. Os últimos secretários da administração penitenciária em São Paulo foram (e são) excelentes. O fato, no entanto, é que entram mais presos do que saem. E o estado não tem capacidade, e nem é desejável que o faça, para construir cerca de mil vagas por mês.

Em tempo: Como avalia a condenação do coronel Ubiratan Guimarães, responsável pelo massacre do Carandiru, em que foram mortos 111 presos?

Vilhena: É a aplicação da lei. Algo que deveria ser banal, mas no Brasil, com a nossa tradição de desrespeito aos direitos humanos, pareceu-me algo extremamente positivo. Espero que sirva de sinalização para os maus policiais de que a temporada da impunidade está terminando. Que a tortura e a violência serão combatidas.

Em tempo: Com a internacionalização dos direitos humanos, alguns ditadores têm sido levados às barras dos tribunais, como é o caso do chileno Pinochet ou do iugoslavo Milosevic.

Os dirigentes dos países centrais também não deveriam ser responsabilizados por promover guerras, apoiar golpes, muitas vezes em nome dos direitos humanos?

Vilhena: Sem dúvida nenhuma. É necessário, no entanto, tomar cuidado para não se afogar o bebê com a água do banho. As primeiras autoridades a serem julgadas por tribunais internacionais não foram latinos ou africanos, mas alemães em Nuremberg. De qualquer forma, entendo que o grande teste para o sistema internacional de direitos humanos seja a sua aplicação de maneira imparcial para todos os que violam direitos.

Será Kissinger detido em algum aeroporto do mundo, em face do seu papel no Vietnã ou na América Latina? A honestidade do sistema será demonstrada aí. O fato de não se punir Kissinger não significa, no entanto, que não devamos querer a punição de nossos maus governantes.

"É fundamental que as instituições estejam dispostas a transformar os direitos em efetivos benefícios à sociedade. Se não houver esta determinação, só estaremos contribuindo para um processo de erosão da autoridade dos direitos."